

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2007

Altera o art. 17, § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 17 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 17.**

.....

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de formação de suas coligações eleitorais, admitidas estas apenas nas eleições majoritárias, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

..... (NR)”.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta Proposta é admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias, vedando-as, por consequência, nas eleições proporcionais. Esse fim era perseguido por Projeto de Lei nº 197, de 2005, de autoria do ex-Senador Leonel Pavan. Entretanto, a Emenda Constitucional nº 52, de 8 de março de 2006, conferiu status constitucional à matéria, conforme inclusive já decidiu o Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) nº 3.685-8/DF, razão pela qual a apresentamos agora na forma de PEC.

A proibição de coligações nas eleições proporcionais é medida há muito aguardada no âmbito da reforma político-partidária nacional. Sua implantação tornará mais claro o quadro partidário e mais transparente, sobretudo para o eleitor, a representação política.

No Brasil, o eleitor endereça seu voto ao candidato, mas, na verdade, sufraga o partido. Aliás, a recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral na Consulta nº 1.398 chega mesmo a reconhecer que o mandato pertence ao partido e não ao indivíduo eleito. Ora, permitir a coligação para as eleições proporcionais significa então, nas regras vigentes, a dissolução do voto do eleitor em um conjunto amorfo de ideologias e programas partidários. Deve-se assegurar, portanto, que o voto dado nessas eleições seja destinado a uma única agremiação partidária, aquela que apresenta, na livre e consciente avaliação do eleitor, a melhor alternativa de ação política.

A medida sugerida nesta PEC possibilitará, ainda, o saneamento do quadro partidário nacional. Com efeito, ela colocará fim à formação de alianças eleitorais de mera conveniência, que se fazem para a perpetuação de partidos políticos de propostas vagas e inconstantes, dissimuladas para atender a interesses inconfessos.

É preciso garantir que os representantes eleitos guardem identificação com as bandeiras defendidas por seu partido, não só no momento da eleição, mas também na sua prática política e legislativa. Isso somente se efetivará se o partido estiver vinculado a um ideário claramente identificado pelo eleitor. Terão sucesso aquelas agremiações que veiculem mensagem que o eleitor identifique como justa e adequada à solução dos problemas locais, regionais ou nacionais, e não as que se agreguem, a partir

[illegible]